

NOMES PRÓPRIOS NO PERÍODO MEDIEVAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DAS ÁREAS DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA¹

Natália Zaninetti Macedo
Gladis Massini-Cagliari
(UNESP – Araraquara)

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar um panorama dos trabalhos recentes das áreas de Linguística e Filologia sobre os nomes próprios no Português Arcaico, com o intuito de ressaltar que contribuições advindas dessas diferentes áreas do conhecimento podem, em interface, trazer um conhecimento mais global do comportamento linguístico dos nomes próprios naquele período histórico.

Palavras-chave: Nomes próprios; Cantigas medievais galego-portuguesas; Português Arcaico; Antroponímia; Onomástica.

Abstract: This paper aims to present a brief panorama of recent linguistic and philological works on proper names in Archaic Portuguese, in order to highlight that contributions from these two different areas can, acting in interface context, bring a deeper global knowledge of the linguistic behavior of proper nouns in that historical period.

Keywords: Proper nouns; Medieval Galician-Portuguese cantigas; Archaic Portuguese; Anthroponymy; Onomastic.

Introdução

Este trabalho objetiva realizar um panorama dos trabalhos já realizados sobre os nomes próprios no ancestral medieval do português, com o intuito de ressaltar que contribuições advindas de diferentes áreas do conhecimento – Linguística e Filologia – podem, em interface, trazer um conhecimento mais global da maneira como se comportavam essa categoria de nomes no nível linguístico naquela época. Para tanto, recorreremos a textos disponibilizados sobre o assunto na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) e nas bibliotecas das Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.²

Leite de Vasconcellos (1928) afirma que estudar a antroponímia de uma nação implica, conseqüentemente, estudar a cultura e a história dela. O autor considera,

¹ Esse texto apresenta recortes da tese de doutorado de Macedo (2019), orientada pela Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari e financiada pela FAPESP (Processo 2015/08197-3), com atualizações.

² As autoras tiveram acesso a esses textos durante pesquisas bibliográficas realizadas em Portugal, sobretudo durante o estágio sanduíche no exterior financiado pela Fapesp (Natália Zaninetti Macedo, Fapesp – BEPE 2017/08360-7) e durante a realização de visitas ligadas ao desenvolvimento do Projeto de Produtividade em Pesquisa “Ritmo – Interfaces Música e Linguística: Séculos XIII-XIV e XX-XXI” (Gladis Massini-Cagliari, CNPq – processo 303297/2013-1).

todavia, que é importante os pesquisadores partirem da premissa de que nomes surgem e desaparecem continuamente em diversas línguas e sociedades. Isto se dá, justamente, por ser um processo vivo de ambas, sujeito a necessidades ou fantasias do povo, simplesmente, ou porque vão sendo substituídos por nomes mais “modernos”, colocando outros na gaveta do esquecimento. Serrote (2015), de forma semelhante, escreve que, ao longo do tempo, vários filólogos lançaram-se na tarefa de examinar os nomes personativos, objetivando conhecer a história e a cultura de um povo, bem como identificar fatos linguísticos e crenças de diversas comunidades. Sobre a importância de estudar a onomasiologia para compreender a sociedade, sua cultura e sua língua, o autor argumenta que “a língua e cultura são indissociáveis. A língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais. Por isso, estudar o léxico de uma língua é abrir a possibilidade de conhecer a história social do povo que a utiliza” (SERROTE, 2015, p.09).

Freitas (2010, p.8) ressalta a contribuição dos estudos de Leite de Vasconcelos para o estudo da temática abordada: “entre nós, José Leite de Vasconcelos (1858-1941) terá sido um dos primeiros a explorar os antropónimos medievais e modernos portugueses, numa perspectiva filológica, buscando essencialmente a origem linguística e as características de designação”. Além dele, outros pesquisadores também se aventuraram na árdua tarefa de estudar a antroponímia medieval, entre os quais alguns historiadores, filólogos, sociólogos e linguistas, com foco na antroponímia do período em que foram escritas as cantigas trovadorescas.

Neste trabalho, o foco recai sobre a contribuição recente de filólogos e linguistas sobre o assunto.

A contribuição de linguistas e filólogos

Na vertente religiosa das cantigas medievais, as *Cantigas de Santa Maria* narram milagres operados por intercessão da Virgem na vida de pessoas da época; por sua vez, as cantigas de escárnio e maldizer falam mal da vida das pessoas. Por estas razões, os trovadores acabaram por nos legar valiosas contribuições, como o registro de um número razoável de nomes próprios, inclusive estrangeiros. Além disso, conforme já apontado nos estudos anteriores de Massini-Cagliari (2011, 2012, 2013), Massini-Cagliari e Silva (2012) e Macedo (2019), por serem as cantigas poesias metrificadas, compostas por versos divididos em sílabas poéticas e rimas é possível supor como

alguns nomes próprios eram pronunciados no português arcaico, inclusive os estrangeiros, considerando o grau de adaptação à fonologia da língua da época.

Na área da Linguística, a tese de Macedo (2019) é o mais recente estudo a respeito dos nomes próprios medievais, vistos a partir das cantigas galego-portuguesas. Nesse estudo, foram ressaltadas valiosas contribuições de literatos e linguistas sobre os nomes próprios em cantigas trovadorescas. Outros estudos linguísticos recentes sobre aspectos fonológicos de nomes próprios reunidos das cantigas medievais são os trabalhos de Massini-Cagliari (2011, 2012, 2013) e Massini-Cagliari e Silva (2012) e Pereira (1997), que se dedicou à antroponímia nas cantigas trovadorescas de escárnio e maldizer.

O último – Pereira (1997) – argumenta em favor do *corpus* textual que elege para o estudo da antroponímia no período medieval recortado e afirma que, partindo das 431 cantigas da segunda edição de Lapa (1970), contabilizou 94 antropônimos – ou lexemas, como os classifica –, somando-se os prenomes, apelidos (sobrenomes) e alcunhas. O autor explica que a razão da “modesta” contagem é que não leva em consideração outros nomes que não o primeiro, como ocorre em indivíduos identificados por dois ou mais elementos, tais como Lopo Gato, Marinha Lopes, Mila Sancha Fernandiz, etc. Pereira (1997, p.22) chega a classificar os trovadores como “jornalistas do seu tempo”, porque, nas cantigas, encontramos “sirventeses políticos, sátiras literárias e morais, tensões e até chufas pessoais”, trazendo uma reportagem dos acontecimentos da época. O mesmo autor faz uma descrição dos temas que considera “mais significativos para o conhecimento histórico da sociedade galego-portuguesa da alta idade média e que, de algum modo, nos ajudam a perceber as possíveis motivações que comandam a criação antroponímica, principalmente ao nível das alcunhas e apelidos” (PEREIRA, 1997, p.22). Dentre eles, cita: a traição dos Alcaides de D. Sancho II, a deserção dos Cavaleiros de Afonso X na Guerra de Granada, as quezílias entre Trovadores e Jograis, a decadência da nobreza nos séculos XII e XIV, a vida desregrada das soldadeiras, que eram personagens frequentemente alvejadas na sátira galego-portuguesa, sobretudo pelos seus depravados comportamentos sexuais.

Já Soledade (2012, p.324) mostra a influência de diversos povos no percurso histórico do sistema antroponímico do português:

O patrimônio lexical do português se constituiu a partir de origens diversificadas, tendo, como lastro essencial, as palavras advindas do latim e do grego via latim, com contribuições, mais ou menos significativas, das

línguas com as quais, primeiro o latim vulgar, depois o romance galego-português e, por fim, a língua portuguesa entraram em contato no seu processo histórico.

Nesse sentido, apesar de vincular-se no seu início ao sistema latino de nomeação, o sistema antroponímico do português foi sendo aos poucos reformulado pelos seus falantes, como consequência, entre outros fatores, da ascensão política e social da plebe, da integração dos chamados bárbaros à sociedade portuguesa e da promoção do cristianismo (SOLEDADE, 2012, p.323). Além disso, retomando Piel (1989 [1976]), Soledade (2012, p.324) explica que,

a partir do século XII, são densamente incorporados nomes latino-cristãos referentes a santos, relegando os germanismos a uma posição secundária. Outro aspecto relevante é a considerável contribuição germânica para o léxico antroponímico, em confronto com sua pequena parcela de contribuição para o léxico comum, quadro que é diametralmente oposto à influência lexical árabe. Piel associa essa configuração dos empréstimos germânicos na antroponímia à solidariedade hispanogoda-cristã, em função da presença islâmica, o que, em contraposição, justificaria a escassez do elemento árabe no rol dos nomes personativos.

Outro fato interessante que a pesquisadora apresenta como resultado de suas pesquisas em documentos notariais é o grande número de homonímias, o que indicava haver poucos prenomes no universo antroponímico daquela época, diferentemente de hoje em que observamos grande variedade de nomes e formações neológicas.

Também Billy (2012), ao considerar um amplo espaço geográfico, se dedicou a pesquisar nomes adotados ao longo da Idade Média. Segundo o estudioso, naquela época, o primeiro nome era usado para descrever uma pessoa, para identificá-la com seu grupo familiar e para indicar sua identidade sexual. O nome próprio, como afirma, poderia conotar origem étnica ou geográfica, o pertencimento a uma área linguística, o *status* social, o pertencimento a uma família/clã, por exemplo. (BILLY, 2012)³. Quanto aos nomes dados por motivos religiosos, Billy (2012) constata uma expressiva presença de nomes de santos na antroponímia medieval, sobretudo entre os pais que buscavam opções de novos nomes para seus filhos e que apostavam no poder e na proteção espiritual invocados por meio deles.

³ No trecho original do livro, temos: “*In the Middle Ages, the first name is used to describe a person, to identify him in a family group, to indicate his sexual identity (which will not be possible later on, with epicene first names). In the medieval system of thought, there is a necessary balance between the nominee and his name: his actions, his life, his destiny, his death are programmed by his name. The very meaning of the name is at his origin. The name can also connote ethnic or geographical origin, the belonging to a linguistic area, the social status, the belonging to a family/clan etc. In the short, the name can be used as an object for studying social relationships*”. (BILLY, 2012, p.53)

Considerando a influência da Igreja na antroponímia da Idade Média, ressaltamos o estudo de Silva (2012, p.34-35), para quem, principalmente após a queda do Império Romano, “o cristianismo se tornou um elemento aglutinador que aproximou os vários povos invasores”, até mesmo no que se refere à antroponímia. Desta forma, nomes de pessoas de diversos países e línguas declaradas santas pela Igreja passavam a ser conhecidos e serviam como motivação para que novos nomes compusessem o “depósito” de prenomes locais⁴.

Freitas (2010, p.22), estudando questões de identidade pessoal e diferenciação social a partir da análise de antropônimos da oficialidade régia, de 1367 a 1481, constatou uma dominância de nomes de proveniência germânica, como Fernando, Álvaro, Afonso, Gonçalo, Rodrigo/Rui e Luís, ainda que João tenha sido, em sua investigação, o prenome com maior frequência.⁵ Sobre antropônimos de influência judaico-cristã, além de João, nomes como Pedro, Martim ou Vicente também foram frequentes.⁶ Já nomes de origem greco-romana, tais quais Gil, Nicolau e André, aparecem somente abaixo do décimo segundo colocado no *ranking* dos mais prevalentes. Na população seriada pela investigadora, “todos os nomes greco-romanos identificados assumem uma posição aquém dos 5%” (FREITAS, 2010, p.22).

Sobre os nomes raros na Idade Média, Franco (2006, p.140), em seu estudo sobre onomástica no século XIV, chegou à conclusão de que “havia uma tendência para um maior conservadorismo por parte da antroponímia eclesiástica, considerando que o recurso a nomes raros é claramente mais reduzido do que no seio dos laicos”. Além do mais, Franco (2006, p.140) notou que “embora as preferências onomásticas gravitem

⁴ De acordo com Nunes (1996, p.11), que estudou nomes medievais entre os séculos XIV e XV, “é principalmente a partir do século XIV que a Igreja começa a exercer uma influência directa no nome de baptismo, legitimada desde o Concílio de Trento”.

⁵ De acordo com Freitas (2010, p.22), *João* – de influência judaico-cristã – era o nome dominante no Portugal medievo, da mesma forma que em toda a Europa Ocidental.

⁶ Noutro momento de discussão dos nomes próprios coletados entre os servidores régios, a mesma pesquisadora assinala que, naquela época, não se verificava “uma cristianização do nome, uma vez que, à excepção dos apelativos pessoais de João (1º lugar) e de Pedro (3º lugar), as restantes designações de uso comum são de origem germânica, muito embora possam ter sido «cristianizados» em virtude da nomeação de santos e algumas figuras da Igreja ou por terem sido nome de baptismo de pessoas com elevado fervor religioso, por exemplo: S. Luís, rei de França” (FREITAS, 2010, p.27). Sobre o protagonismo do nome próprio *João*, aliás, Franco (2006, p.137) escreve que, apesar de não ser tão forte como o conhecido pelo onomato *Maria*, *João* era, entre o “*stock*” de nomes masculinos da cidade do Porto, no século XIV, o mais frequente, seguido de *Martim* ou *Martinho*, *Domingos*, *Afonso*, *Pedro*, *Estêvão*, *Lourenço*, *Vicente*, *Rui* ou *Rodrigo*. Segundo a autora, o nome *João*, se comparado com o território francês, conquistou Portugal um pouco tardiamente – século XII –, mas, como afirma, esse prenome “veio para ficar e enraizar-se na antroponímia portuguesa nos últimos tempos da Idade Média” (FRANCO, 2006, p.137). Antes disso, todavia, no período que medeia entre os séculos X e XIII, *Pedro* é que era o nome de maior relevância, afirma Franco (2006, p.144). A autora explica que, somente nos séculos seguintes, João, Domingos, Afonso, Gonçalo e Fernão passaram a ser preteridos a Pedro.

muito mais em torno de um núcleo cerrado de nomes próprios [...], desenha-se, em paralelo, uma forte tendência para a renovação do *stock* antroponímico [...], constituído por nomes raros”.

Quanto aos nomes muito raros, ou seja, com mais ou menos uma única ocorrência no *corpus* que reuniu, apresentamos algumas causas explicativas apontadas por Freitas (2010, p.23):

- 1º) A origem dos nomes raros é múltipla. Existem nomes de origem grecoromana, judaico-cristã, germânicos, tal como nos de uso corrente.
- 2º) Só o cruzar de dados biográficos recolhidos nos catálogos prosopográficos nos permite inferir que as diferenças onomásticas se devem nalguns casos à proveniência estrangeira (Armon; Hucheia; James – o equivalente a João), outros muito plausivelmente à invocação de figuras da Igreja, santos, papas (Gabriel, Gregório, Lázaro, Urbano, por exemplo), outros à persistência de patronímico (Eanes, Mendes, por exemplo), outros marcam a continuidade da presença (Jerónimo, Manuel), outros manifestam alguma irrupção (Ricardo ou Vítor), e finalmente, outros de que podemos inferir uma descensão no uso em relação ao período antecedente (Paio, Geraldo).

Ainda sobre nomes germânicos, como Fernando, Álvaro, Afonso, Gonçalo, Rodrigo/Rui e Luís, Freitas (2010, p.270) considera que estes “detêm uma expressão quantitativa e qualitativa assinalável entre os servidores régios”. A autora cita ainda o trabalho de Gonçalves (2003, p.281), que defende ser a onomástica galego-portuguesa a “mais profundamente germanizada da Península”.

Antes mesmo do século 14, Vasconcellos (1928) afirma que a situação de empréstimos do germânico sofreu pequenas mudanças a partir do reinado de D. Afonso Henriques, pois que nomes dessa origem passaram a ser mais raros, se comparados aos nomes cristãos adotados na Península (VASCONCELLOS, 1928, p.44).⁷ O eminente estudioso mostra que, a partir do século XII, nomes como Afonso, Álvaro, Elvira, Gonçalo, Ramiro, Rodrigo e Ruy passam a ser mais abundantes, sendo que “provêm dos primeiros tempos da nossa história medieval [...] e conservam-se até hoje”, segundo o filólogo português, que advoga em favor da pertinência de se consultar os nomes que aparecem nos Cancioneiros trovadorescos (VASCONCELLOS, 1928, p.54).

Ainda segundo Vasconcellos (1928) – que retoma as palavras de Brandão (1690)⁸ –, no tempo de D. Afonso Henriques, poderia ocorrer de se adotar apenas o nome próprio, que poderia ou não ser acrescido de alcunhas e sobrenome. Poderiam ser

⁷ Aqui cabe observar, todavia, que “nomes como Francisco, Guilherme e Henrique permaneceram” (VASCONCELLOS, 1928, p.54).

⁸ Vasconcellos (1928) referencia o trabalho como “Antonio Brandão, Mon. Lusit., vol. III, liv., cap.4º (na ed. de 1690, p.171)”.

somados ainda títulos designativos de classe ou condição, como *Afranius presbyter*, muito embora o mais usual fosse o nome individual estar acompanhado de sobrenome. (VASCONCELLOS, 1928, p.95). O ilustre filólogo também afirma que, na Idade Média, um costume dos povos indo-europeus fora mantido: tratava-se de colocar, na sequência do prenome, a filiação, expressa, por sua vez, por um genitivo em *-i*, *-onus* (e *-oni*), *-anis* (e *-ani*) ou por um genitivo com sufixo próprio, como *-az*, *-oz*, *-uz*, *-iz* (que depois se tornaram *-ez*, *-es*, etc). (VASCONCELLOS, 1928, p.102). Todavia, escreve o autor, pelos documentos observados, os nomes eram bastante simples, e,

a princípio juntava-se ao nome proprio um simples patronimico, ou uma designação geografica, indicativa de naturalidade, residencia, ou posse; ás vezes uma alcunha. O patronímico foi rigoroso até o sec XV, e depois degenerou em apelido, como também a designação geografica e a alcunha, que de individuais se tornaram patrimonio de familias. [...] As nossas relações com povos estranhos, desde a idade-média, se fizeram que, como se disse, aceitassemos d’eles muitos nomes propios, fizeram que a par admitissemos muitos apelidos de igual origem; e o mesmo aconteceu, *plus minus*, quando nos pusemos a descobrir e conquistar terras por esse mundo além. (VASCONCELLOS, 1928, p.566)

Franco (2006, p.24) observa um “recuo da onomástica germânica e da espectacular concentração das preferências onomásticas nos nomes religiosos, designadamente apostólicos”, ressaltando que esse fato “está articulado não somente com a afirmação do sistema feudal, mas também com um novo ordenamento social e com uma reacção contra a aliança entre Igreja e o poder político, inerente ao movimento de reforma dos séculos XI e XII” (FRANCO, 2006, p.24).

No que se refere a nomes de árabes e moçárabes, consideramos as amostragens de nomes coletados em Portugal apresentadas por Vasconcellos (1928, p. 381). O autor explica que estes nomes se tratavam, em sua maioria, de nomes de mouros que viviam em Lisboa. Tais nomes concentram-se no período de 1221 a 1517⁹ e, pela listagem que nos é oferecida, percebemos a mistura de nomes árabes e portugueses. O autor explica-nos, na sequência, que, pelos dados, pode-se constatar a existência de “relações cotidianas entres ambos os povos, apesar de os mouros viverem separados, como já se sabe, em bairros especiais” (VASCONCELLOS, 1928, p.381). No quadro 1 a seguir, transcrevemos exemplos de nomes de mouros residentes em Portugal durante a Baixa Idade Média fornecidos pelo autor.

⁹ Segundo Vasconcellos (1928, p.384), o domínio dos árabes sobre o território português acabou em 1249-1250.

Quadro 1 – Nomes de origem árabe registrados em Portugal de 1221 a 1498

Período informado	Nome estudado	Observações do autor
1221 a 1226	Aboali	= abu Ali “pai de Ali”
	Afomade	= Ahmad ou Ahmed
	Afomede Calvo	Calvo trata-se de uma alcunha portuguesa
	Focem Alcayde	= Haçen
	Jocefe	Do hebraico
1273	Exa	Nome de mulher, em Lisboa
1298	Mouro Calvo	Arquiteto que dirigiu a construção do castelo do Alandroal
1326	Belamyz	“mercador em Avis”
1374 a 1484 (os nomes listados neste período são de mouros em Lisboa)	Abalmeque	
	Aly	
	Azmede	
	Baboso	Alcunha portuguesa
	Brafome	Brafame
	Ffátema	
	Ffotos	
	Hya	
	Imana	Ymena, Imina
	Mafomede	Maffamede
Omar		
1450	Caçome	Filho de Mafamede Láparo, morador em Lisboa, mestre de fazer tapetes
1493	Behahea	Carpinteiro
	Durduz	Guia de Alcacer
	Humed bem Omar	Criado de alcaide Alaâroz (de Alcacer Quibir)

De 1498 a 1517 (depois da expulsão, em 1498, ficaram ainda alguns mouros em Portugal)	Alle	
	Almaçor	
	Azmede Capelão	Alcunha ou sobrenome
	Fátima Capelôa	
	Mafamede Láparo	Último capelão dos Mouros
	Mafamede Namorado	
	Mafamede Roballo	
	Osmar Aliquante	Ou d'Alicante

Fonte: Macedo (2019, p.94), adaptado de Vasconcellos (1928, p.381-383).

Vasconcellos (1928, p.383) também leva em consideração os nomes de mouriscos, isto é, “indivíduos cristãos de nomes arábicos”. Estes, segundo o filólogo, seriam mouros convertidos ao cristianismo ou moçárabes (indivíduos “arabizados”)¹⁰. Além disso, o autor sugere que muitos sobrenomes¹¹ adotados naquele momento são os mesmos que os portugueses adotam agora, apresentando-nos alguns nomes de judeus portugueses, que até 1496 usaram nomes hebraicos.¹² Cita como exemplo o nome Manuel, “originalmente hebraico, mas depois tido como o mais cristão possível” e comenta os nomes dos cristãos-novos, tirados do calendário cristão ou emprestados de seus padrinhos, sendo que o uso de nomes duplos se tornou frequente entre os cristãos-novos emigrados (VASCONCELLOS, 1928, p.398-399). O autor trata o caso do nome Jaime que, apesar de ter se alterado muito, é de origem hebraica.

Ao tratar do “aportuguesamento de nomes estrangeiros, Vasconcellos (1928) considera haver, geralmente, uma simplificação de sons na passagem de tais nomes para o português. Focalizando os sobrenomes (apelidos, em Portugal), trata de casos como Lencaster > Lencastre, Cisneros > Cisneiro, Rotzinska > Roseira, Hurtere > Utra, Kempis > Campos, Esmenaut > Esmeraldos, Mont’Auban > Montalvão, Pignatelli > Pinhateli, Tamagnini > Tamanhini (VASCONCELLOS, 1928, p.535-536). De nomes personativos, escreve sobre Carlos, uma palavra germânica alatinada, e Ciro, nome de vários personagens gregos. De outro lado, analisa o autor, não se pode deixar de notar sobrenomes portugueses a que se procurava fazer o inverso, dando-lhes ares de estrangeiro.

¹⁰ Vasconcellos (1928, p.84) afirma que os moçárabes eram bilíngues e falavam românico e árabe, que foi suplantado pelo português em Portugal e pelo castelhano na Espanha.

¹¹ Aqui, usamos a acepção brasileira para “sobrenome”.

¹² O filólogo explica que D. João I e D. Afonso V proibiram o uso de nomes judeus a partir dessa data.

A efetivação (ou não) de adaptações fonológicas de nomes próprios de origem estrangeira no PA e no português contemporâneo (brasileiro e europeu) foi estudada, de forma comparativa, pela primeira vez por Massini-Cagliari (2011, 2012), sendo retomada e ampliada posteriormente por Massini-Cagliari e Silva (2012). Esses trabalhos consideraram a questão dos nomes próprios na sua relação com a adoção de empréstimos e o que essa atitude pode revelar sobre a “identidade fonológica” da língua, uma vez que “palavras emprestadas se configuram como ‘corpos estranhos’ ‘alienígenas’ ao conjunto supostamente homogêneo da *língua*” (MASSINI-CAGLIARI, 2011b, p.795, grifo da autora). Merece destaque o estudo de adaptação de nomes próprios de origem estrangeira por lidar “com uma situação ‘limite’ no que diz respeito à adaptação fonológica de empréstimos/estrangeirismos” (MASSINI-CAGLIARI, 2011b, p.796).

Massini-Cagliari (2011) lista todas as categorias de nomes emprestados mapeados nas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X (1221-1284), mostrando quais desses se encontravam adaptados à Fonologia do galego-português da época e quais, ainda não. Massini-Cagliari (2011, 804) comprova que havia um grau muito mais acentuado de adaptação de antropônimos estrangeiros na época do português medieval trovadoresco do que ocorre hoje, no Português Brasileiro, chegando a hipotetizar que os padrões irregulares de adaptação de nomes próprios de pessoa encontrados nas *Cantigas de Santa Maria*, embora não se enquadrem na fonologia do galego-português, enquadram-se nos padrões do castelhano, o que revelaria a influência dessa língua sobre a língua empregada nas cantigas medievais religiosas.

Recentemente, a intenção da tese de Macedo (2019) foi a de evidenciar que o nome próprio, no território onde se situa Portugal hoje, desde os mais longínquos séculos, recebeu influências de diferentes povos, algumas mais outras menos expressivas. É de se notar, todavia, que muitos dos nomes “estrangeiros” adotados na Idade Média são, até hoje, conservados e utilizados com naturalidade por portugueses, com maior ou menor grau de adaptação à língua. Ao tratar da investigação linguística de nomes próprios nas cantigas medievais galego-portuguesas e revisitando trabalhos que consideram os nomes tanto nas cantigas religiosas, quanto nas profanas, buscou informações sobre a realização dos nomes próprios naquela época e indícios sobre os nomes próprios registrados pelos trovadores, apresentando um panorama de como eram escolhidos os nomes próprios naquela época. A autora trata de como o sistema

antroponímico foi sendo reformulado, focalizando a influência cristã nos nomes próprios, bem como a integração com outros povos e as marcas deixadas.

As cantigas trovadorescas constituem uma fonte histórica bastante útil para se conhecer os costumes e o cotidiano da época medieval em que foram escritas. No que se refere às CSM, ao narrar milagres envolvendo terras ou pessoas de diversas nacionalidades – sobretudo as “cantigas internacionais”, conforme classifica Mettmann (1986) –, conhecemos alguns topônimos e antropônimos daquela época e, com isso, o grau de adaptação de termos estrangeiros ao galego-português – ou português arcaico, que corresponde aos primórdios da língua portuguesa. De forma semelhante, as cantigas profanas têm muitos nomes a revelar, quando os trovadores descrevem personagens e cenários da época.

Macedo (2019), tomando como ponto de partida a observação de como o poeta conta as sílabas poéticas nas cantigas religiosas e profanas galego-portuguesas, constata a localização do acento nos nomes próprios e estuda as divisões silábicas dos nomes, quando possível, com o intuito de analisar os processos fonológicos ocorridos. Os dados mapeados por Macedo (2019) corroboram os resultados a que chegaram Massini-Cagliari (2015) e Costa (2010), isto é, de que o ancestral medieval do português apresentava uma grande quantidade de palavras paroxítonas e oxítonas em oposição às proparoxítonas, que aparecem apenas no *corpus* religioso, prevalecendo as paroxítonas terminadas em sílaba leve e as oxítonas terminadas em sílaba pesada.

Conclusão

Neste trabalho, objetivou-se mostrar que os estudos sobre os nomes próprios medievais, sobretudo no que diz respeito à antroponímia e à toponímia – continuam vivos, ressaltando a contribuição recente de filólogos e linguistas, com vistas a apresentar um panorama dos trabalhos já realizados sobre os nomes próprios naquele período histórico, conhecido como trovadoresco. O intuito principal foi ressaltar que contribuições advindas de diferentes áreas do conhecimento, especialmente Linguística e Filologia, podem, em interface, trazer um conhecimento mais global da maneira como se comportavam essa categoria de nomes no nível linguístico naquela época, contribuindo para a determinação da “identidade” linguística do nosso passado.

Referências

- BILLY, P-H. A sociology of first names in the late middle ages. In: FELECAN, O (ed.). **Name and Naming: Synchronic and Diachronic Perspectives**. Newcastle upon tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012.p.53-64.
- COSTA, D. S. **A interface música e linguística como instrumental metodológico para o estudo da prosódia do português arcaico**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), FCL, Araraquara, UNESP, 2010.
- FRANCO, I. M. M. A. P. **Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)**. Tese (Doutorado em História). Universidade do Minho, Université de Paris I, Sorbonne, 2006.
- FREITAS, J. A. G. A antroponímia da oficialidade régia (1367-1481): identidade pessoal e diferenciação social. In: **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Martim de Albuquerque**, vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p.83-135.
- GONÇALVES, I. O Nome próprio masculino no extremo norte de Portugal (séculos XII-XIII). In: **Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut**, Coimbra: editora Ausência, 2003, p.265-299.
- LAPA, M. R. **Cantigas d’escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses**. 2a. ed. crítica, rev. e acresc. Colección Filológica. Editorial Galaxia, 1970.
- MACEDO, N. Z. **Pelas pistas onomásticas: um estudo comparado da fonologia do Português Arcaico, do Português Europeu e do Português Brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), FCL, Araraquara, UNESP, 2019.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Adaptação de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre português arcaico e português brasileiro. In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 40 (2), mai-ago, 2011, p.795-807.
- MASSINI-CAGLIARI, G. A fonologia dos prenomes estrangeiros em uma abordagem histórica: comparação entre Português Arcaico e Português contemporâneo (Brasileiro e Europeu). In: Petrov, P.; Sousa, P. Q.; López-Iglésias, R.. (Org.). **Avanços em Ciências da linguagem**. 1ed. Santiago de Compostela: Através, 2012, v. 1, p.457-474
- MASSINI-CAGLIARI, G. Changing Attitudes: Ways of Phonologically Adapting Proper Names in Archaic Brazilian and European Portuguese. In: KOLOKONTE, M.; JANKE, V. (Org.). **Interfaces in Language 3**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013. p.159-178.
- MASSINI-CAGLIARI, G. **A música da fala dos trovadores: desvendando a prosódia medieval**. São Paulo: Editora UNESP digital, 2015.
- MASSINI-CAGLIARI, G.; SILVA, H. M. B. da. Antropônimos e Topônimos nas Cantigas de Santa Maria. In: Massini-Cagliari, G.; Muniz, Márcio Ricardo Coelho; Sodré, Paulo Roberto (orgs.) Série Estudos Medievais 3 – **Fontes e edições**. Araraquara: GT de Estudos Medievais da Anpoll, 2012. p.87-110. Disponível em <http://www.anpoll.org.br/gtestudosmedievais/index.php/publicacoes/fontes-e-edicoes.html>> Acesso em jan 2016.
- METTMANN, W. (Ed.). **Cantigas de Santa María (cantigas 1 a 100)**: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1986.

NUNES, N. N. Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI). Dissertação (Mestrado em Linguística), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.

PEREIRA, A. C. **Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti)**: génese e actualidade da antroponímia nas Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa. Braga, 1997.

PIEL, J. M. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976. p.9-16.

SERROTE, J. M. **Antroponímia Da Língua Kimbundu Em Malanje**. Dissertação (Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 2015.

SILVA, I. S. de S. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. In: **VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**. Guarapuava, Paraná, vol. 04, n. 01, 2012. Disponível em: <http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/281/04_Vol4.1_VOOS2012_CL>. Acesso em fevereiro de 2019.

SOLEDADE, J. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [on-line]**. Salvador: EDUFBA, 2012, p.323-336.

VASCONCELOS, J. L. **Antroponímia Portuguesa**. Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes os apelidos usados por nós desde a Idade Média até hoje. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.